



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Concurso Público

NÍVEL SUPERIOR

CARGO **1**:

ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Provas Objetivas

Manhã

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome e o nome do cargo para o qual você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões/opções indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A palavra falada não tem rascunho.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais:

telefone:
0(XX) 61 3448-0100

Internet:
www.cespe.unb.br

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 4

1 A despeito da retórica que chama atenção para
avanços obtidos pelo país no plano econômico, é mais do que
evidente que o Brasil ainda se enquadra no elenco dos
4 chamados países em desenvolvimento, com índices
verdadeiramente escandalosos em termos de qualidade de vida,
saúde e educação, com significativa parcela da população
7 alijada do que os estudiosos costumam designar como mínimo
existencial para uma vida digna.

Ressalte-se que a doutrina diverge quando se trata de
10 estabelecer a acepção do termo democracia. Apesar das
divergências acerca de conceitos, teses ou doutrinas, há
consenso de que a democracia constitui a melhor forma de
13 governo de um Estado, visto que impede atos de violência e de
intolerância, buscando a integração e a inclusão. Cumpre
acrescentar que, no enfrentamento do desafio de inclusão
16 social, emerge cristalina a necessidade de fortalecer as
instituições democráticas.

Nessa linha de pensamento em que se procura reverter
19 um processo de descrença, a defensoria pública, erigida na
Constituição Federal de 1988 (CF) à condição de instituição
essencial à justiça, precisa preencher relevante espaço no
22 compromisso constitucional de redução das desigualdades, com
promoção do integral acesso à justiça. Assim definida, cabe-lhe
não só a assistência judiciária, pois pouco, ou nada, valem
25 direitos formalmente reconhecidos, sem que se concretizem na
vida das pessoas e dos grupos sociais. Aquilo de que se precisa,
de uma vez por todas, compreende igualmente um conjunto de
28 atividades extrajudiciais e de informação, extremamente
imprescindível em um país de analfabetos e semianalfabetos,
com o intuito de proporcionar aos necessitados consciência de
31 seus direitos, fazendo-os se verem como partes integrantes
desse país, ou seja, como cidadãos.

Tatiana de Carvalho Camilher. O papel da defensoria pública para a inclusão social rumo à concretização do estado democrático de direito. Internet: <www.conpedi.org> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com base nas informações apresentadas no texto, assinale a opção correta.

- A Constitui o escopo da defensoria pública o acesso integral à justiça, o que se traduz na elevação do indivíduo analfabeto e semianalfabeto à condição de cidadão.
- B Como em todos os países em desenvolvimento, a população brasileira não tem acesso à informação.
- C Regimes democráticos de governo estorvam condutas denotadoras de coação e de preconceito.
- D No Brasil, a CF é elemento garantidor suficiente para asseverar o tratamento igualitário dos cidadãos pelo Estado.
- E O Brasil não constitui, de fato, um governo de Estado democrático, uma vez que necessita de ações promotoras da redução do índice de desigualdades sociais.

QUESTÃO 2

Considerando que as opções a seguir apresentam propostas de reescrita dos trechos do texto indicados entre aspas, assinale a opção que, além de estar gramaticalmente correta, mantém o sentido original do texto.

- A “Cumprir acrescentar (...) instituições democráticas” (l.14-17): Convém acrescentar que se evidencia claramente a imprescindibilidade de aprimoramento das instituições democráticas no confronto com a difícil busca da inclusão social.
- B “A despeito (...) em desenvolvimento” (l.1-4): Em face à exaltação dos avanços econômicos do Brasil, este é ainda um país em desenvolvimento.
- C “com significativa (...) vida digna” (l.6-8): mais de 50% da população brasileira nunca teve acesso a bons índices de qualidade de vida, saúde e educação, o que equivale a dizer que nunca fizeram jus a uma vida digna.
- D “Ressalte-se (...) termo democracia” (l.9-10): Destaque-se a divergência doutrinária no que pertine ao conceito de democracia.
- E “Apesar das (...) de governo” (l.10-13): O regime democrático de governo sempre foi considerado o mais adequado, não obstante as disparidades conceituais, doutrinárias e de teses.

QUESTÃO 3

A respeito de aspectos sintáticos do texto, assinale a opção correta.

- A A forma verbal “compreende” (l.27) concorda com o respectivo sujeito: “um conjunto de atividades extrajudiciais e de informação” (l.27-28).
- B Na linha 16, o deslocamento do vocábulo “cristalina” para imediatamente depois de “necessidade” não interfere no sentido nem na estrutura sintática do trecho.
- C Na linha 18, o vocábulo “que” retoma “linha de pensamento” e pode, juntamente com a preposição que o antecede e sem prejuízo gramatical ou de sentido para o texto, receber artigo definido masculino e ser reescrito da seguinte forma: no qual.
- D O pronome “lhe” (l.23) faz referência a “defensoria pública” (l.19).
- E O termo “direitos formalmente reconhecidos” (l.25) exerce função de complemento de ambas as formas verbais “valem” (l.24) e “concretizem” (l.25).

QUESTÃO 4

Quanto à pontuação empregada no texto, assinale a opção correta.

- A As vírgulas que isolam o segmento “ou nada” (l.24) são obrigatórias.
- B O emprego de vírgula logo após o vocábulo “Brasil” (l.3) manteria a correção gramatical do texto.
- C Caso se desejasse intensificar a ênfase ao que se destaca no texto, seria correto empregar vírgula logo após o termo “Ressalte-se” (l.9).
- D A vírgula empregada logo após o vocábulo “que” (l.15) é obrigatória.
- E A supressão da vírgula logo após “pública” (l.19) manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Texto para as questões 5 e 6

O direito que se realiza pacificamente é o ideal — praticamente inatingível — de uma sociedade que se queira justa. Justiça, a seu turno, exige efetivação de direitos humanos, configuração da verdadeira cidadania, a qual abrange, obrigatoriamente, direitos civis, sociais e políticos; adoção de políticas públicas amplas e eficazes. Justiça não é simplesmente acesso ao Poder Judiciário, o qual, por mais estruturado e eficiente que seja, não a promove sozinho.

Não se pode exercer, pacífica ou contenciosamente, um direito de que não se sabe titular. E a grande maioria da população brasileira não exerce seus direitos simplesmente porque os desconhece — o que é mais grave —, em uma ignorância hábil para provocar grande parte das mazelas sociais que lotam os jornais brasileiros contemporâneos. Dizimar tal ignorância é papel essencial da defensoria pública.

Amélia Soares da Rocha. *Defensoria pública e igualdade material no acesso à justiça*. Internet: <www.adital.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 5

Com relação às ideias e à estrutura do texto, assinale a opção correta.

- A De acordo com o texto, a parcela da população brasileira que não exerce seus direitos não tem acesso à defensoria pública.
- B De acordo com o texto, justiça e Poder Judiciário são matérias complementares.
- C O texto é imparcial com relação ao tema tratado, limitando-se a descrever os conceitos de direito e justiça; é, por isso, essencialmente descritivo.
- D O texto, por defender uma tese — a de que a cidadania só pode ser exercida de forma plena quando os indivíduos têm conhecimento de seus direitos e deveres —, é predominantemente dissertativo-argumentativo.
- E Não exercer os direitos que se tem por desconhecê-los é bastante grave, segundo o texto, porque esse é um caso muito difícil de ser resolvido.

QUESTÃO 6

Com relação ao vocabulário e à estrutura gramatical do texto, assinale a opção correta.

- A O vocábulo **desigualdades** pode substituir “mazelas” (l.13) no texto, mantendo seu sentido original e sua correção gramatical.
- B Na linha 1, a palavra “ideal” é um adjetivo que caracteriza “direito”.
- C Na linha 7, a expressão “o qual” retoma “acesso ao Poder Judiciário”.
- D O pronome “a” em “não a promove sozinho” (l.8) retoma a expressão “verdadeira cidadania” (l.4).
- E O trecho “pacífica ou contenciosamente” (l.9) apresenta ideias opostas.

Texto para as questões de 7 a 9

A ideia de democracia tem seu nascedouro nas cidades-Estados gregas e consubstancia-se na tomada de decisões mediante a participação direta dos cidadãos. Como se pode depreender, o conceito era restrito, pois excluía, por exemplo, as mulheres e os escravos. Na trajetória da Grécia, com sua experiência de democracia primária ou de assembleia, ao mundo moderno, alguns fatores se apresentaram como inviabilizadores da participação política direta: número de cidadãos, extensão territorial e tempo (noção cada vez mais modificada diante dos avanços tecnológicos).

Diante da impossibilidade de reunião de todos os envolvidos — aqueles que, de alguma forma, sentem os reflexos das decisões tomadas — e sendo cada vez mais urgente a tomada de decisões em tempo recorde, identificou-se a necessidade de eleger representantes. Assim nasceu a democracia representativa, com seus prós e contras.

A rigor, em uma sociedade composta de milhares de pessoas, apenas mediante a representação por um grupo escolhido é possível que os diferentes interesses se façam presentes no momento de decidir; porém, é certo que nem sempre esse grupo representa os interesses do todo e nem sempre todos os interesses de uma sociedade plural chegam a ter representantes, ficando alguns aliados do processo decisório. Um governo que se propõe como democrático busca estabelecer mecanismos para que sejam garantidas ao máximo as possibilidades de os cidadãos participarem das decisões políticas, mas há um “lado sombrio”, identificado por Robert Dahl nos seguintes termos: “sob um governo representativo, muitas vezes os cidadãos delegam imensa autoridade arbitrária para decisões de importância extraordinária.” Segundo o autor, as eleições periódicas garantem certo compromisso dos representantes com os representados, obrigam as elites a “manter um olho na opinião do povo”. Apesar do “lado sombrio”, a democracia alicerçada sobre o pilar da eleição periódica de representantes é a única viável nos Estados contemporâneos.

Tatiana de Carvalho Camilher. *O papel da defensoria pública para a inclusão social rumo à concretização do estado democrático de direito*. Internet: <www.conpedi.org> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta de acordo com as ideias apresentadas no texto.

- A Da argumentação do texto, conclui-se que a realização de eleições periódicas garante que os representantes escolhidos cumpram os compromissos assumidos com os seus representados.
- B Nos dias de hoje, fatores como contingente populacional e extensão territorial não obstam a participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais.
- C A democracia representativa derivou da negligência de certos grupos da sociedade nas decisões do Estado.
- D A escolha de representantes no sistema de governo democrático garante o atendimento às necessidades de toda a população.
- E O “lado sombrio” (l.27) do governo democrático é assim denominado porque, nesse regime, os interesses dos cidadãos podem estar sob a responsabilidade de indivíduos detentores de poder excepcional.

QUESTÃO 8

Com relação à estrutura do texto e ao vocabulário nele empregado, assinale a opção correta.

- A A substituição de “sobre” (l.34) por **sob** alteraria o sentido original do texto, mas manteria sua coerência e sua correção gramatical.
- B O trecho entre travessões nas linhas 12 e 13 explica a expressão “todos os envolvidos” (l.11-12).
- C O vocábulo “recorde” (l.14) também poderia ser corretamente grafado com acento — **récorde**.
- D A substituição de “composta de” (l.17) por **constituída de** acarretaria prejuízo de sentido ao texto.
- E A palavra **indivíduos** está implícita logo após o vocábulo “alguns” no trecho “ficando alguns aliados do processo decisório” (l.23-24).

QUESTÃO 9

Considerando as estruturas do texto, assinale a opção correta no que diz respeito à concordância.

- A A inserção da forma verbal **manterem** no lugar de “manter”, em “manter um olho na opinião do povo” (l.33), acarretaria prejuízo sintático ao texto.
- B A oração **existia alguns fatores inviabilizadores** parafraseia de modo gramaticalmente correto o trecho “alguns fatores se apresentaram como inviabilizadores” (l.7-8).
- C Ainda que o vocábulo “necessidade” (l.15) estivesse flexionado no plural, a forma verbal “identificou” (l.14) deveria permanecer no singular.
- D A alteração de “sejam garantidas” (l.25) para **seja garantido** não interfere na correção gramatical do período.
- E As formas verbais “garantem” (l.31) e “obrigam” (l.32) concordam com “eleições periódicas” (l.31).

QUESTÃO 10

Considerando as normas de redação oficial, assinale a opção correta.

- A O uso do padrão culto da língua deve ser evitado nas redações oficiais, pois dificulta o entendimento dos textos por parte da população em geral.
- B A redação de um documento oficial deve visar primordialmente o entendimento da mensagem pelo seu remetente, para quem, de fato, ela é importante.
- C O registro de impressões pessoais nas comunicações oficiais não deve ocorrer, ainda que o expediente apresente signatário e destinatário identificados nominalmente.
- D Como forma de uniformizar as comunicações oficiais, emprega-se o mesmo vocativo em todas elas, independentemente de seu destinatário.
- E Todos os expedientes oficiais devem seguir a mesma diagramação.

QUESTÃO 11

Com relação ao sistema operacional e ao ambiente Linux, assinale a opção correta.

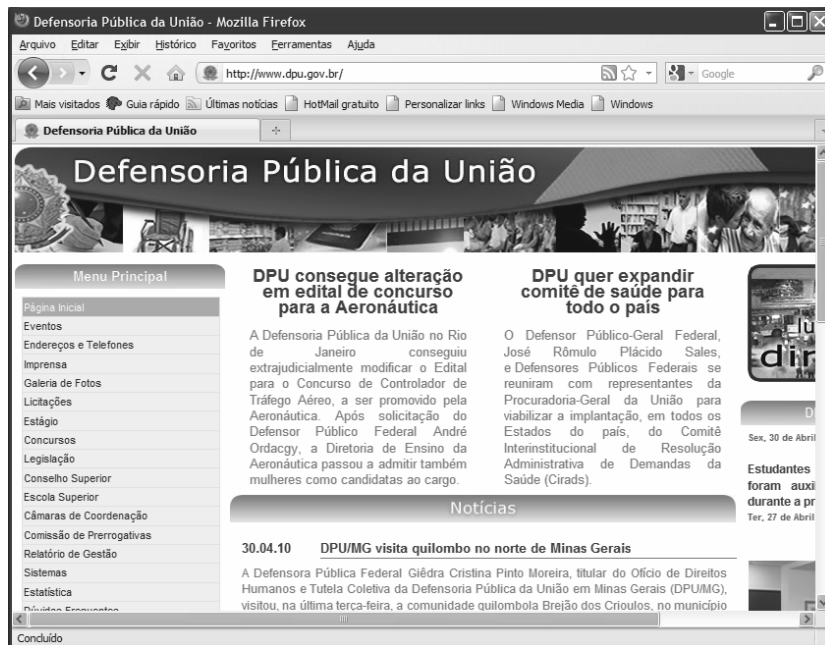
- A O Linux pode ser acessado a partir da área de trabalho do Gnome apenas, pois o KDE é uma GUI que só pode ser utilizada em computador que tiver instalado o Windows para uso simultâneo.
- B Debian é uma das distribuições do Linux mais utilizadas no mundo; no entanto, sua interface não suporta a língua portuguesa, sendo necessário conhecimento de inglês para acesso.
- C O Linux oferece facilidade de interação entre *software* de diversas plataformas; no entanto, não permite que sejam criados *drivers* de configuração para que outros *hardware* possam rodar no Linux.
- D O *kernel* é um *software* que se instala dentro do Linux e faz com que o Linux possa ser distribuído gratuitamente.
- E O Linux oferece a opção de que um novo usuário possa abrir uma sessão de uso do ambiente para utilizar seus aplicativos mesmo que outro usuário esteja logado no sistema.

QUESTÃO 12


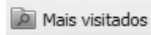
Assinale a opção correta a respeito da edição de textos, planilhas e apresentações em ambiente Linux.

- A O Calc é uma ferramenta útil na construção de fórmulas matemáticas para cálculo, possui as mesmas funcionalidades do Excel da Microsoft, mas possui sintaxe de fórmulas diferente das utilizadas por este.
- B O BROffice é uma suíte de aplicativos que possui versões específicas para Linux e para Windows; no entanto, para executá-lo no Windows, é necessário fazer *logoff* e acessar o Linux para utilizá-lo.
- C No Impress, é possível criar uma nova apresentação de *slides* e salvá-la no formato padrão nativo de arquivos para esse aplicativo.
- D Atualmente, o formato padrão dos arquivos do Writer é o SXW, em substituição ao ODT, que apresentava diversas limitações de compatibilidade.
- E Um arquivo editado pelo BROffice em formato nativo pode ser aberto por qualquer outro aplicativo do mercado, pois ele foi feito para ser aberto e compatível com todos os ambientes, no entanto o contrário não é verdadeiro.

QUESTÃO 13







Com relação ao uso e às opções do Mozilla Firefox, tendo como base a figura acima que mostra uma página acessada com esse navegador, assinale a opção correta.

- A Na opção Código-Fonte, do menu **Exibir**, é possível ter acesso ao código `html` do documento e fazer alterações necessárias, caso haja algum erro de carregamento na página.
- B Por padrão, ao se clicar o botão , será aberta uma nova tela, com o mesmo conteúdo da tela mostrada na figura.
- C A opção **Histórico** da barra de *menus* exibe as versões anteriores das páginas do sítio da DPU, já publicadas.
- D Caso um cadeado fechado tivesse sido apresentado no rodapé dessa página, ele indicaria que o Firefox está conectando a um servidor *web* que provê suporte ao HTTP seguro.
- E Usando o botão , é possível ter acesso imediato aos dez sítios mais acessados em toda a Internet e ficar por dentro dos principais acontecimentos. Também é possível configurar essa opção por assunto ou área temática, para se listar os principais sítios correlatos.

QUESTÃO 14

Com relação aos aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações em ambiente Windows, assinale a opção correta.

- A Ao se inserir em um documento do Word um índice analítico, é necessário que todas as entradas do índice estejam marcadas por meio de um estilo específico.
- B O comando Fórmula de uma tabela do Word permite acionar o Excel para que possa ser incluída, dentro do documento, uma tabela do Excel com campos pré-formatados para cálculos numéricos.
- C A extensão de arquivos `.DOCX` do Windows é uma alternativa para que sejam salvos textos que possam ser abertos em outros ambientes operacionais, como o Linux, por exemplo.
- D No Word, pode-se inserir uma quebra de página após a última linha digitada teclando-se simultaneamente  e .
- E No modo de apresentação de *slides* do MSPowerPoint, que pode ser acionado por meio da tecla  ou do botão , é possível visualizar os *slides* de uma apresentação em conjuntos de quatro *slides* por tela.

QUESTÃO 15

Assinale a opção correta a respeito de conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet.

- A O correio eletrônico é um serviço de troca de mensagens de texto, que podem conter arquivo anexado. Esse serviço utiliza um protocolo específico denominado FTP.
- B Um *modem* ADSL é um equipamento que permite que uma linha telefônica seja compartilhada simultaneamente por tráfego analógico de voz e outro digital de dados.
- C Se a conta de *e-mail* está localizada em um servidor do tipo Exchange Server, quando o usuário acessar as suas mensagens, elas são automaticamente baixadas para a máquina usada pelo usuário para fazer o acesso à conta, não ficando cópia das mensagens acessadas nos servidores.
- D Usando a ferramenta Telnet, pode-se verificar se uma máquina está ou não no ar, e até mesmo obter o endereço IP dessa máquina.
- E O uso do modelo OSI permite uma melhor interconexão entre os diversos protocolos de redes, que são estruturados em sete camadas, divididas em três grupos: entrada, processamento e saída.

QUESTÃO 16

É função da Defensoria Pública

- A promover a ação penal pública.
- B promover, prioritariamente, a solução judicial dos conflitos em favor dos mais necessitados.
- C exercer com exclusividade a curadoria especial.
- D exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, conforme previsto na CF.
- E defender judicialmente e administrativamente os direitos e interesses das populações indígenas.

QUESTÃO 17

A Defensoria Pública

- A é dirigida pelo ministro da Justiça.
- B tem por princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- C tem por função gerenciar os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
- D defere aos seus membros, com fulcro na LC 80, a prerrogativa de se manifestar por cota em autos judiciais, não nos administrativos.
- E tem, por primazia, o objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou de quaisquer outras formas de discriminação.

QUESTÃO 18

Os membros da Defensoria Pública da União (DPU)

- A gozam de independência funcional.
- B não podem exercer a advocacia.
- C sujeitam-se, precipuamente, ao regime da Lei n.º 8.112/1990.
- D devem ter idade mínima de 35 anos.
- E podem participar de sociedade comercial, exceto como cotista.

QUESTÃO 19

As prerrogativas e garantias deferidas aos defensores públicos (DPs) da União incluem

- A o direito de recolhimento a prisão especial ou a sala de Estado Maior, mesmo após sentença condenatória transitada em julgado.
- B a autoridade para requisitar força policial para assegurar a incolumidade física dos membros da DPU, quando estes se encontrarem ameaçados em razão do desempenho de suas atribuições institucionais.
- C o poder para determinar correições extraordinárias.
- D a autoridade para convocar o Conselho Superior da DPU.
- E a inamovibilidade, salvo se apenados com remoção compulsória.

QUESTÃO 20

No que concerne aos DPs da União, assinale a opção correta.

- A DPs da União podem requisitar, de autoridade pública ou privada e de seus agentes, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessários ao exercício de suas atribuições.
- B Os DPs da União possuem vitaliciedade.
- C É livre o ingresso dos DPs da União em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, desde que previamente agendado.
- D Aos DPs da União é reservado o mesmo tratamento concedido aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.
- E Entre as funções dos DPs da União, inclui-se representar a parte em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, mesmo nos casos para os quais a lei exija poderes especiais.

QUESTÃO 21

Com relação à classificação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas por meio das quais o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos em que a lei estabelecer ou nos termos dos conceitos gerais por ele enunciados.
- B As normas constitucionais de eficácia plena são completas, não necessitando de qualquer outra disciplina legislativa para terem total aplicabilidade. Entre elas, encontram-se, por exemplo, as declaratórias de princípios organizativos (ou orgânicos), que contêm esquemas gerais e iniciais de estruturação de instituições, órgãos ou entidades.
- C Normas constitucionais de eficácia contida têm aplicação direta e imediata, mas possivelmente não integral, pois, embora tenham condições de produzir todos os seus efeitos, podem ter sua abrangência reduzida por norma infraconstitucional. Como regra geral, elas criam órgãos ou atribuem competências aos entes federativos.
- D A eficácia da norma contida pode ser restringida ou suspensa pela incidência de outras normas constitucionais, a exemplo da liberdade de reunião, que, mesmo consagrada no art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF), está sujeita a restrição ou suspensão em períodos de estado de defesa ou de sítio.
- E Muitas vezes, uma regra prevista na Constituição utiliza expressões como **nos termos da lei e na forma da lei**, evidenciando não ter aplicabilidade imediata. São as chamadas normas constitucionais de eficácia contida.

QUESTÃO 22

É comum o emprego da expressão jurisdição constitucional para designar a sindicabilidade desenvolvida judicialmente tendo por parâmetro a CF e por hipótese de cabimento o comportamento em geral, principalmente, do poder público, contrário àquela norma paramétrica.

A fiscalização do cumprimento da CF tem como pressuposto básico a ideia desta como conjunto normativo fundamental, que deve ser resguardado em sua primazia jurídica, vale dizer, em que se impõe a rigidez constitucional. Requer-se, ainda, a CF em sentido formal.

André Ramos Tavares. Curso de direito constitucional, 6.ª ed., p. 240 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta, acerca do controle de constitucionalidade.

- A** O controle de constitucionalidade preventivo é realizado durante a etapa de formação do ato normativo, com o objetivo de resguardar o processo legislativo hígido. Caso haja proposta de emenda constitucional tendente a abolir direito fundamental, qualquer dos legitimados poderá ajuizar, ainda durante o processo legislativo, ação direta de inconstitucionalidade para impedir o trâmite dessa emenda.
- B** O sistema jurisdicional instituído com a Constituição Federal de 1891, influenciado pelo constitucionalismo norte-americano, acolheu o critério de controle de constitucionalidade difuso, ou seja, por via de exceção, que permanece até a Constituição vigente. No entanto, nas constituições posteriores à de 1891, foram introduzidos novos elementos e, aos poucos, o sistema se afastou do puro critério difuso, com a adoção do método concentrado.
- C** A CF mantém regra segundo a qual somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial podem os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público. Essa norma se refere à reserva de plenário.
- D** A inobservância da competência constitucional de um ente federativo para a elaboração de determinada lei enseja a declaração da inconstitucionalidade material do ato normativo.
- E** A inconstitucionalidade formal se verifica quando a lei ou ato normativo apresenta algum vício em seu processo de formação. O desrespeito a uma regra de iniciativa exclusiva para o desencadeamento do processo legislativo constitui exemplo de vício formal objetivo.

QUESTÃO 23

Conforme o art. 6.º, da Lei Complementar n.º 70/1991, é prevista para as sociedades civis de prestação de serviços de profissões legalmente regulamentadas, isenção do recolhimento de contribuição para o financiamento da seguridade social. O art. 56 da Lei Ordinária n.º 9.430/1996, no entanto, revogou referida isenção. Tendo por base essa situação e levando em consideração o princípio constitucional da hierarquia das normas e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Não havendo hierarquia entre lei complementar e lei ordinária, o conflito não se resolve por critérios hierárquicos, e sim pela análise de critérios constitucionais acerca da materialidade própria de cada uma dessas espécies normativas.
- B** A referida revogação é inválida, pois a lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária, não podendo por ser suprimida.
- C** A revogação é válida, pois a lei ordinária é hierarquicamente superior à lei complementar, extinguindo-a do mundo jurídico quando ambas forem incompatíveis entre si.
- D** A revogação é inválida, pois lei complementar e lei ordinária são espécies normativas materialmente distintas, cabendo à primeira regulamentar no plano infraconstitucional as matérias constitucionais mais relevantes, como aquelas relacionadas aos direitos fundamentais.
- E** A revogação é válida, pois, consoante regra geral de direito intertemporal, lei posterior revoga lei anterior.

QUESTÃO 24

Considerando os direitos fundamentais contidos na CF, assinale a opção correta.

- A** A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedadas a dissolução compulsória dessas instituições ou a suspensão de suas atividades.
- B** A CF assegura plena liberdade para o exercício de trabalho, ofício ou profissão, sendo vedadas restrições de qualquer natureza.
- C** Os tratados e convenções internacionais acerca dos direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- D** No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá fazer uso de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização, independentemente da ocorrência de dano.
- E** Todos têm direito a receber dos órgãos públicos quaisquer informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que têm de ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

QUESTÃO 25

A respeito dos princípios e normas que regem a administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- A** A proibição constitucional de acumular cargos públicos alcança os servidores de autarquias e fundações públicas, mas não os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- B** O princípio da publicidade se verifica sob o aspecto da divulgação externa dos atos da administração, não propiciando o conhecimento da conduta interna dos agentes públicos.
- C** Apenas os brasileiros, por preencherem os requisitos estabelecidos em lei, podem assumir cargos, empregos e funções públicas.
- D** O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, fica afastado de seu cargo, emprego ou função, e pode optar pela sua remuneração.
- E** O princípio da irredutibilidade dos vencimentos alcança todos os servidores, inclusive os que não mantêm vínculo efetivo com a administração pública.

QUESTÃO 26

Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Valendo-se de seu poder de autotutela, a administração pública pode anular o ato administrativo, sendo que o reconhecimento da desconformidade do ato com a lei produz efeitos a partir da própria anulação.
- B** Pelo atributo da presunção de veracidade, a validade do ato administrativo não pode ser apreciada de ofício pelo Poder Judiciário.
- C** Os atos administrativos discricionários, por sua própria natureza, não admitem o controle pelo Poder Judiciário.
- D** Quanto à exequibilidade, o denominado ato administrativo perfeito é aquele que já exauriu seus efeitos, tornando-se definitivo e não podendo mais ser impugnado na via administrativa ou na judicial.
- E** No que se refere às espécies de atos administrativos, a aprovação e a homologação são atos administrativos com igual significado e extensão.

QUESTÃO 27

No que se refere ao processo administrativo e aos poderes da administração, assinale a opção correta.

- A** O princípio da gratuidade não se aplica ao processo administrativo, considerando-se a necessidade de cobertura das despesas decorrentes da tramitação.
- B** O princípio da obediência à forma e aos procedimentos tem aplicação absoluta no processo administrativo, razão pela qual os atos do referido processo sempre dependem de forma determinada.
- C** O denominado princípio da oficialidade não tem aplicação no âmbito do processo administrativo, pois a instauração do processo depende de provocação do administrado.
- D** O poder disciplinar é aquele pelo qual a administração pública apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, sendo o processo administrativo disciplinar obrigatório para a hipótese de aplicação da pena de demissão.
- E** Prevalece no processo administrativo a aplicação do princípio da tipicidade, pelo qual a configuração de infração de natureza administrativa depende de descrição precisa na lei.

QUESTÃO 28

Quanto à responsabilidade civil da administração, assinale a opção correta.

- A** O nexo de causa e efeito não constitui elemento a ser aferido na apuração de eventual responsabilidade do Estado.
- B** O Brasil adotou a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado, segundo a qual a administração pública somente poderá reparar o prejuízo causado a terceiro se restar devidamente comprovada a culpa do agente público.
- C** A reparação do dano, na hipótese de prejuízo causado a terceiros pela administração, pode ser feita tanto no âmbito administrativo quanto no judicial.
- D** As empresas prestadoras de serviços públicos não respondem pelos prejuízos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em tal hipótese, o ressarcimento do terceiro prejudicado deve ser feito diretamente pelo agente causador do dano.
- E** A teoria da irresponsabilidade do Estado é aplicável no direito brasileiro.

QUESTÃO 29

Acerca da administração indireta na organização administrativa brasileira, assinale a opção correta.

- A** As autarquias estão sujeitas a controle administrativo exercido pela administração direta, nos limites da lei.
- B** A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado organizada exclusivamente sob a forma de sociedade anônima.
- C** A autarquia é pessoa jurídica de direito público dotada de capacidade política.
- D** A fundação instituída pelo Poder Público detém capacidade de autoadministração, razão pela qual não se sujeita ao controle por parte da administração direta.
- E** A sociedade de economia mista pode ser organizada sob quaisquer das formas admitidas em direito.

QUESTÃO 30

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.112/1990, na hipótese de inassiduidade habitual, a penalidade disciplinar a ser aplicada ao servidor público é de

- A** multa.
- B** suspensão de até 15 dias.
- C** demissão.
- D** advertência.
- E** suspensão de até 30 dias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Considerando que o estabelecimento de classificações orçamentárias adequadas é medida importante na administração pública, pois sua estrutura constitui marco para adoção de decisões em todo o processo orçamentário, julgue os itens subsequentes, acerca das diversas classificações das receitas públicas utilizadas no Brasil.

- I A classificação por categorias econômicas, válida para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, tem como base as fontes econômicas geradoras da receita e permite a adoção de políticas de apoio e incentivos setoriais, assim como a redistribuição de poupanças ociosas, buscando-se um equilíbrio mais estável na circulação da renda interna como suporte efetivo à política monetária, no que concerne aos financiamentos da atividade econômica.
- II A integralização de capital social, o resultado do Banco Central do Brasil e a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional são classificados como operações de crédito.
- III O código de classificação de fontes de recursos é composto por três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos. O indicador de grupo de fontes de recursos identifica se o recurso é ou não originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.
- IV Aluguéis, arrendamentos, foros e laudêmios, taxas de ocupação de imóveis, juros de títulos de renda, dividendos, participações, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais e remuneração de saldos de recursos não desembolsados são classificados como receita patrimonial, pois resultam da fruição de elementos patrimoniais.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

QUESTÃO 32

Há situações que demandam alteração do orçamento, uma vez iniciada sua execução, em função de situações emergenciais, contingências econômico-administrativas ou falhas de planejamento. A forma de alterar a lei orçamentária vigente é mediante a abertura de créditos adicionais. A Lei n.º 4.320/1964 já dispunha sobre o assunto, mas sofreu alterações face o texto constitucional vigente. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, por meio da edição de medida provisória.
- B Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de abertura for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, por decreto legislativo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- C As emendas parlamentares aos projetos de lei de créditos adicionais precisam ser compatíveis com o que dispõe a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei do plano plurianual (LPPA).
- D Consideram-se recursos disponíveis, para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, os provenientes do excesso de arrecadação, que se constituem no saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e descontado o percentual do excesso obrigatoriamente destinado pela LDO à amortização da dívida pública na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- E Os créditos especiais, por serem autorizados mediante medida provisória, não são deliberados na comissão mista a que se refere o art. 166 da Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 33

O cancelamento de restos a pagar ocasionará modificação na situação patrimonial líquida em decorrência de

- A receita orçamentária.
- B acréscimo patrimonial.
- C variação patrimonial ativa orçamentária.
- D decréscimo patrimonial.
- E variação patrimonial passiva orçamentária.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta com relação ao pregão.

- A** O prazo para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis contados da publicação do aviso.
- B** Poderá haver apenas dois lances por competidor no curso da sessão.
- C** A fase de habilitação ocorre anteriormente ao julgamento da proposta.
- D** É obrigatória a exigência de garantia de proposta.
- E** Se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, novo pregão deverá ser realizado.

QUESTÃO 35

Com relação a conceitos e dispositivos da LRF, julgue os itens abaixo.

- I** O resultado nominal é apurado com base na diferença entre as chamadas receitas não financeiras e as despesas não financeiras. Para essa operação devem ser deduzidos, do total das receitas orçamentárias arrecadadas, os totais das operações de crédito, as receitas de privatização, a anulação de restos a pagar e as receitas provenientes de aplicações financeiras. Na apuração da despesa, devem ser descontadas as despesas com juros e amortização da dívida, bem como anulação de restos a pagar inscritos no exercício anterior.
- II** Metas fiscais são valores projetados para o exercício financeiro e que, depois de aprovados pelo Poder Legislativo, servem de parâmetro para a elaboração e a execução do orçamento. Para obrigar os gestores a ampliar os horizontes do planejamento, as metas devem ser projetadas para os próximos três anos, isto é, o exercício a que se referem e os dois seguintes.
- III** A partir da LRF, além de opcional, a reserva de contingência terá o seu montante fixado na LPPA, discriminado o valor de cada exercício financeiro, em percentual da receita corrente líquida, e os seus recursos serão destinados exclusivamente ao atendimento dos passivos contingentes relacionados no anexo de riscos fiscais da LDO.
- IV** Constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.

QUESTÃO 36

Conforme disposto na Lei Federal n.º 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Despesa não processada é aquela

- A** que, em termos orçamentários, foi considerada despesa realizada, faltando apenas o processamento do pagamento.
- B** operação do sistema financeiro de escrituração contábil, sendo a despesa realizada normalmente pela sua liquidação, e lançada como despesa orçamentária do exercício a pagar.
- C** cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende, ainda, da fase de dotação orçamentária.
- D** cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez entregou o material, prestou o serviço e a despesa foi considerada liquidada, estando na fase de pagamento.
- E** cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende, ainda, da fase de liquidação.

QUESTÃO 37

Suponha que o secretário de defesa civil de estado da região Norte do Brasil contrate, após licitação, a compra de uma frota de veículos especializados em retirar neve das estradas. Nesse caso, é correto afirmar que esse contrato

- A** é nulo por inexistência de motivos fáticos que justifiquem a oportunidade e a finalidade da contratação.
- B** é irrevogável, pois obedeceu ao princípio da licitação.
- C** é revogável, pois o estado não está obrigado a cumprir os contratos que celebra com particulares.
- D** só pode ser desfeito por determinação legislativa.
- E** só pode ser desconstituído por decisão judicial.

QUESTÃO 38

Acerca dos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A** O princípio do orçamento bruto determina que o orçamento deva abranger todo o universo das receitas a serem arrecadadas e das despesas a serem executadas pelo Estado.
- B** O princípio da legalidade, um dos primeiros a serem incorporados e aceitos nas finanças públicas, dispõe que o orçamento será, necessariamente, objeto de uma lei, resultante de um processo legislativo completo, isto é, um projeto preparado e submetido, pelo Poder Executivo, ao Poder Legislativo, para apreciação e posterior devolução ao Poder Executivo, para sanção e publicação.
- C** O princípio da anualidade ou da periodicidade estabelece que o orçamento obedeça a determinada periodicidade, geralmente um ano, já que esta é a medida normal das previsões humanas, para que a interferência e o controle do Poder Legislativo possam ser efetivados em prazos razoáveis, que permitam a correção de eventuais desvios ou irregularidades verificados na sua execução. No Brasil, a periodicidade varia de um a dois anos, dependendo do ente federativo.
- D** O princípio da totalidade, explícito de forma literal na legislação brasileira, determina que todas as receitas e despesas devem integrar um único documento legal. Mesmo sendo os orçamentos executados em peças separadas, as informações acerca de cada uma dessas peças são devidamente consolidadas e compatibilizadas em diversos quadros demonstrativos.
- E** O princípio da especificação determina que, como qualquer ato legal ou regulamentar, as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial. Além disso, exige que as informações acerca da discussão, elaboração e execução dos orçamentos tenham a mais ampla publicidade, de forma a garantir a transparência na preparação e execução do orçamento, em nome da racionalidade e da eficiência.

QUESTÃO 39

Com a edição da LRF, a LDO recebeu em seu conteúdo uma série de novas e importantes atribuições. Essas atribuições incluem

- A** flexibilizar a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- B** dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas nos casos de créditos adicionais.
- C** orientar a política de aplicação das agências oficiais de fomento.
- D** definir as normas para o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
- E** liberar, de ofício, as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

QUESTÃO 40

São receitas orçamentárias da União os impostos sobre

- A** a propriedade predial e territorial urbana.
- B** transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- C** operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- D** operações de crédito, câmbio e seguro, ou sobre operações com títulos ou valores mobiliários.
- E** a propriedade de veículos automotores.

QUESTÃO 41

Determinado órgão público federal realizou reunião para definir a destinação de recursos financeiros para educação básica — complementação da União. A fim de subsidiar a decisão, um servidor público responsável pelos cálculos para a referida destinação apresentou *slides* contendo os seguintes dados por municípios: demanda populacional pelo serviço (isto é, o tamanho da população em idade escolar); oferta das instituições públicas de educação básica; recursos financeiros destinados no ano anterior; e, em função da relação demanda-oferta, projeção de recursos financeiros a serem destinados no ano seguinte. Após a apresentação, constatou-se que determinado município fora privilegiado com relação ao montante de recursos financeiros a serem destinados, em detrimento de outros municípios. Questionado, o servidor explicou que se baseara somente no critério populacional para elaborar a projeção de distribuição dos recursos financeiros e que, na realidade, não houve necessidade de considerar os outros dados. Após averiguação, a equipe comprovou que o município privilegiado realmente apresentava o maior contingente populacional, mas não aquele em idade escolar, conforme a apresentação dos *slides*. Verificou-se, posteriormente, que o município privilegiado era a localidade de origem do servidor, onde residia sua família.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (DL n.º 1.171/1994).

- A** A situação descrita caracterizou a utilização do cargo ou função para obtenção de favorecimentos para si ou para outrem, conduta esta que é vedada pelo código de ética em questão.
- B** A atitude do servidor obedeceu aos princípios da impessoalidade e da verdade, uma vez que ele utilizou o critério do maior contingente populacional ao destinar recursos financeiros ao município.
- C** Como o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, porque, como integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio, o servidor em questão agiu em consonância com o exercício de sua função pública.
- D** A apresentação do servidor cumpriu o dever de participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- E** A conduta do servidor constituiu erro técnico.

QUESTÃO 42

A administração pública é gerida por diversos princípios que norteiam a conduta ética do servidor. A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A licitação e o concurso público são, no Brasil, os dois principais instrumentos de impessoalidade, eficiência e, ao mesmo tempo, de igualdade de condições na garantia da profissionalização da atividade administrativa.
- B** O princípio da impessoalidade implica, para a administração pública, o dever de agir segundo uma racionalidade comunicativa.
- C** O princípio da impessoalidade, se aplicado de forma indiscriminada, provocará disfuncionalidade administrativa.
- D** A aplicação do princípio da impessoalidade pode redundar em desigualdade e(ou) discriminação por não considerar as especificidades de cada caso.
- E** A meritocracia, empregada na administração pública como forma de avaliação de desempenho, é incompatível com a impessoalidade administrativa.

QUESTÃO 43

A questão mais discutida a respeito da nova gerência pública é, sem dúvida, a sua implicação para as relações de responsabilidade (*accountability*) entre os gerentes públicos e os empregados, os ministérios e os órgãos autônomos ou agências, entre a administração pública e as autoridades políticas, a administração pública e os cidadãos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo do governo, e entre os setores público e privado para o fornecimento de serviços.

Derry Ormond e Elke Löffler. *A nova gerência pública*. In: *Revista do Serviço Público - ENAP*, 50 (02). Brasília, abr.-jun./1999, p. 66-96 (com adaptações).

A responsabilização do servidor público por seus atos é prevista no Brasil por intermédio de dispositivos constitucionais e legais e, internacionalmente, pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A possibilidade de responsabilizar o servidor público por seus comportamentos e atitudes no desempenho da atividade pública está diretamente relacionada às normas de conduta ética. Com relação a essas normas, assinale a opção correta.

- A** A responsabilização do servidor público por seus atos exerce impacto indireto na prática cotidiana de valores e parâmetros de ética no serviço público.
- B** O aumento da liberdade de ação constitui problema ético na administração pública, visto que contraria o princípio da impessoalidade.
- C** O treinamento profissional propicia a conscientização do ponto de vista ético e legal e desenvolve aptidões essenciais à análise ética e ao raciocínio moral, o que diminui a liberdade de ação e, conseqüentemente, o comportamento desviante.
- D** A responsabilização do servidor público por seus atos requer que o processo de tomada de decisões seja transparente e aberto ao público.
- E** A responsabilização do servidor público por seus atos propicia perseguições políticas e a manutenção das desigualdades internas do sistema.

QUESTÃO 44

A ética profissional é um procedimento e um modelo de ação. Em face da utilização dos recursos públicos, das decisões vinculantes que afetam os indivíduos e dos riscos e incertezas da sociedade, uma prática administrativa e política alheada das exigências dos cidadãos, em matéria de responsabilidade, aprofunda o *deficit* de legitimidade e de desempenho dos sistemas administrativo e político.

Juan Mozzicafreddo. *A responsabilidade e a cidadania na administração pública*. In: *Sociologia, problemas e práticas* (40). Lisboa: CIES, 2002, p. 9-22 (com adaptações).

Assinale a opção correta acerca da relação entre ética profissional na administração pública e cidadania.

- A** O sentido da responsabilidade no serviço público resulta de um sistema de controle e fiscalização bem estruturado, calcado em normas sedimentadas.
- B** A responsabilização individual do servidor público por seus atos está subsumida no nível institucional, pois, quando o servidor erra, é a instituição pública que falha.
- C** O controle externo da atividade pública e do desempenho do servidor público indica que a prioridade dos atos deve visar os fins da instituição.
- D** A responsabilidade do sistema administrativo, em termos de funcionamento e de respeito pelos preceitos jurídicos e políticos dos direitos dos cidadãos, é diretamente proporcional à insuficiência da sanção, positiva ou negativa, pelos atos de gestão pública.
- E** A responsabilidade na disfuncionalidade do sistema administrativo tem por base razões econômicas e políticas.

QUESTÃO 45

Um servidor público de instituição federal, ao elaborar parecer favorável à quitação de imóvel de mutuário inadimplente, apresentou três aspectos a serem considerados: a agência financiadora abriria mão das multas, juros e correções e receberia apenas o valor venal do imóvel; o valor venal do imóvel seria pago com depósitos judiciais decorrentes das penas pecuniárias da vara criminal do estado federado onde está situado o imóvel; essa possibilidade poderia ser usada em virtude de se tratar de excepcionalidade decorrente da condição de vida do mutuário, que foi obrigado a deixar o trabalho para cuidar de filho portador de rara doença degenerativa e incurável (gangliosidose Gm1).

Com referência à situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta de acordo com os princípios constitucionais e legais brasileiros e o Código de Ética do Servidor Público Federal.

- A** O parecer foi desleal com a instituição, o que caracteriza improbidade administrativa.
- B** O parecer do servidor pautou-se pela impessoalidade, o que fere, no caso, a moralidade pública.
- C** Como todos os cidadãos são iguais perante a lei, com os mesmos direitos e deveres, não cabe à administração pública considerar a especificidade de cada caso.
- D** Considerando que o parecer tenha sido favorável ao mutuário inadimplente em seus três aspectos, isso significa que o servidor agiu contra os fins da instituição pública.
- E** O servidor público apresentou solução legal e moral ao caso, o que atendeu aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, fazendo que a administração pública realizasse justiça social.

QUESTÃO 46

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece, no inciso VI, capítulo I, que a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia na vida privada do servidor poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- Ⓐ O inciso em questão atende a exigência formal inscrita na Lei n.º 8.112/1990, que dispõe acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- Ⓑ O conteúdo do inciso está eivado da cultura política tradicional brasileira, ao confundir a esfera pública com a privada.
- Ⓒ O conteúdo do inciso em apreço está em acordo com o inciso I, que estabelece a dignidade e o decoro como norteadores da conduta do servidor, no exercício do cargo ou fora dele.
- Ⓓ O conteúdo do inciso expressa a pretensão totalitária do Estado de controlar a vida privada do indivíduo.
- Ⓔ O conteúdo do inciso contradiz os dispositivos constitucionais que estabelecem a liberdade individual e a liberdade profissional.

QUESTÃO 47

A redação das comunicações oficiais deve, antes de tudo, seguir preceitos como impessoalidade, formalidade, padronização, concisão e clareza. Além disso, há características específicas de cada tipo de expediente.

Manual de Redação da Presidência da República.
2.ª ed., revista e atualizada, 2002, p. 12 (com adaptações).

Com relação aos diferentes tipos de expedientes oficiais, referidos no texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mensagens enviadas por correio eletrônico, usadas comumente nos dias atuais como comunicações oficiais, também devem seguir a estrutura prefixada para textos oficiais.
- Ⓑ O ofício e o aviso têm em comum a diagramação do padrão ofício e o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública.
- Ⓒ O memorando constitui a forma de comunicação entre unidades administrativas equivalentes de diferentes órgãos.
- Ⓓ Uma das finalidades da exposição de motivos é submeter determinado assunto à consideração de um ministro de Estado.
- Ⓔ As mensagens devem sempre conter vocativo, texto, local e data e identificação do signatário.

QUESTÃO 48

Com relação à estrutura de textos oficiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Símbolos, siglas e abreviaturas são proibidos em textos oficiais.
- Ⓑ Fechos como **Sem mais para o momento** e **Na expectativa de seu pronunciamento, subscrevemo-nos** são, atualmente, adequados apenas para determinados tipos de expediente.
- Ⓒ Os pronomes de tratamento Vossa Excelência e Vossa Senhoria devem ser usados, respectivamente, para chefes de Estado e juízes.
- Ⓓ Períodos longos e redigidos na ordem indireta interferem de forma negativa na boa estruturação textual de documentos oficiais.
- Ⓔ Se o redator de um expediente oficial escreve obedecendo a uma sequência lógica de raciocínio e fazendo o encadeamento das ideias, a revisão do texto é dispensável.

QUESTÃO 49

Acerca de textos oficiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A expedição de decretos compete exclusivamente aos chefes de poder.
- Ⓑ Atestados e certidões apresentam finalidade equivalente, ficando a cargo do órgão que os expede decidir pelo uso de um ou de outro.
- Ⓒ Os autos devem narrar superficialmente os fatos que compõem um processo forense.
- Ⓓ Pela declaração atesta-se a existência de um direito ou de um fato, mas não a inexistência destes.
- Ⓔ Por apresentarem valor jurídico, as atas devem seguir estrutura que inviabilize alterações posteriores.

QUESTÃO 50

Acerca das normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se determinada lei prever certa quantia como depósito para interposição de recurso, este valor deverá ser pago pelo beneficiário da assistência gratuita.
- Ⓑ Se em determinada ação judicial uma das partes for beneficiária da assistência judiciária, tanto a parte vencedora quanto a vencida estarão isentas dos honorários dos advogados e peritos, das custas do processo, das taxas e dos selos judiciários.
- Ⓒ Ao estrangeiro que residir no Brasil, poderá ser concedido o benefício da assistência judiciária, que se restringirá à justiça penal, militar e do trabalho.
- Ⓓ O benefício da assistência judiciária pode ser concedido às pessoas jurídicas com ou sem finalidade lucrativa.
- Ⓔ O benefício da assistência judiciária só pode ser requerido enquanto a ação tramitar na 1.ª instância.

QUESTÃO 51

Com relação aos créditos adicionais, ao empenho, à liquidação e ao pagamento, assinale a opção correta.

- A** Quando órgão público necessita abrir créditos adicionais dos recursos disponíveis por excesso de arrecadação, a apuração dos recursos utilizáveis deverá deduzir a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
- B** Todos os créditos adicionais devem ter vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, com exceção dos créditos suplementares, que poderão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- C** O órgão público, no momento em que realizar o empenho de determinada despesa, deverá verificar a origem e o objeto do que se deve pagar.
- D** Em caso de calamidade pública decorrente de enchente devidamente comprovada, os créditos suplementares, especiais e extraordinários poderão ser abertos por decreto do Poder Executivo, sendo que, seja qual for o crédito aberto, deverá ser dado conhecimento ao Poder Legislativo correspondente em trinta dias, o qual decidirá a respeito.
- E** Se determinado ministério realizar contrato com despesas parceladas, poderá ser realizado o empenho por estimativa para essas despesas contratuais.

QUESTÃO 52

Considerando que, para atender casos de emergência e calamidade pública, determinado órgão público pretenda dispensar a licitação, assinale a opção correta.

- A** Casos de emergência e calamidade pública justificam a inexigibilidade de licitação, e não a sua dispensa.
- B** Para ocorrer a dispensa de licitação, a emergência deve ser decorrente de fatos da natureza.
- C** Nessa situação, a compra de material deverá ser para pronta entrega ou com exíguo espaço de tempo, sob pena de ser afastada a justificativa da emergência.
- D** Caso haja necessidade de contratação de obras, ela deve ocorrer no prazo máximo de cento e oitenta dias sem limite para sua conclusão, desde que atenda à situação excepcional apresentada.
- E** É vedada a contratação de serviço por dispensa de licitação para atender a essa situação.

QUESTÃO 53

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta com relação às penalidades disciplinares.

- A** Se determinado servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada, sem ser na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, a administração deverá aplicar a penalidade de advertência por escrito.
- B** Caso servidor seja suspenso de suas atividades e posteriormente consiga cancelar essa penalidade, o cancelamento deverá surtir efeitos retroativos.
- C** Quando servidor público federal recusar-se a se submeter à inspeção médica determinada por autoridade competente, sua recusa fará com que seja demitido do serviço público.
- D** É vedada à administração pública converter qualquer penalidade disciplinar em multa.
- E** Servidor público que adotar incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição, estará sujeito a ser demitido do serviço público.

QUESTÃO 54

Um ministério pretende realizar licitação na modalidade de pregão para adquirir veículo no valor de R\$ 70.000,00. Para tanto, foi designado o pregoeiro e sua equipe de apoio e convocados os interessados por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Qualquer pedido de esclarecimento a respeito do ato convocatório só poderá ocorrer a partir da data fixada para recebimento das propostas.
- B** É vedado à administração realizar licitação na modalidade de pregão para adquirir veículo.
- C** O ministério só pode realizar licitação na modalidade de pregão se o valor do veículo não ultrapassar R\$ 80.000,00.
- D** Tanto o pregoeiro quanto a equipe de apoio devem ser ocupantes de cargo efetivo do próprio ministério.
- E** A convocação dos interessados nessa modalidade deve ocorrer por meio de publicação no DOU e eletrônica, na Internet.

QUESTÃO 55

Acerca das receitas e despesas, assinale a opção correta.

- A** Se determinado ministério adquirir imóvel para ocupação de seus servidores, essa dotação é classificada como inversão financeira.
- B** Quando órgão público realiza pagamento de salário de seu pessoal, que seja regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, está sendo realizada despesa de capital.
- C** Caso certo órgão público converta bens e direitos em espécie, tem-se a denominada receita corrente.
- D** A destinação de recurso de fundação pública federal para realizar obra de conservação de seu próprio patrimônio imobiliário é classificada como despesa de capital.
- E** O recurso decorrente da cobrança de taxa cobrada por autarquia federal é classificado como receita de capital.

QUESTÃO 56

Considerando que determinada autarquia federal publicou edital de licitação na modalidade concorrência para contratar a realização de obra de engenharia, assinale a opção correta.

- A** Licitante que for inabilitado a participar do certame licitatório estará impedido de apresentar proposta em outro procedimento licitatório naquela autarquia, pelo prazo de noventa dias.
- B** A legitimidade para impugnar o edital de licitação restringe-se aos licitantes previamente cadastrados.
- C** Tanto a minuta do edital quanto a do contrato devem ter sido examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica da autarquia.
- D** Em qualquer fase do procedimento licitatório, os licitantes poderão desistir das propostas apresentadas, sem que a justificativa da desistência seja aceita pela comissão de licitação.
- E** O tipo de licitação para essa contratação deverá ser melhor técnica ou técnica e preço.

QUESTÃO 57

Com relação aos benefícios do servidor público civil, assinale a opção correta.

- A** Para que um cônjuge receba pensão vitalícia pela morte de servidor, deverá comprovar sua dependência econômica.
- B** Servidora pública que tiver parto múltiplo receberá auxílio-natalidade equivalente a um vencimento por nascituro.
- C** Servidor público com quinze anos de serviço, acometido de moléstia profissional grave e incurável, prevista em lei e aposentado por invalidez permanente em função dessa doença, deverá receber legalmente os proventos proporcionais aos anos de serviço.
- D** Com base em perícia oficial, a administração pode conceder, tanto de ofício quanto a pedido, licença para tratamento de saúde a servidor público.
- E** Servidor público que se acidenta em serviço e entra em gozo de licença pelo acidente receberá remuneração proporcional se estiver em estágio probatório.

QUESTÃO 58

Considerando que determinada fundação pública federal pretende realizar licitação para adquirir material de expediente no valor de R\$ 600.000,00, assinale a opção correta.

- A** Em razão do valor do material, a modalidade de licitação utilizada deverá estabelecer uma fase preliminar de habilitação, com interessados previamente cadastrados.
- B** Para licitar esse material, a fundação poderá realizar a licitação na modalidade tomada de preços ou concorrência.
- C** A licitação poderá ser na modalidade concurso, com licitantes previamente cadastrados.
- D** A fundação poderia utilizar a modalidade leilão, se o valor do material fosse de R\$ 80.000,00.
- E** Para adquirir esse material na modalidade convite, é necessário que, em três procedimentos licitatórios, independentemente da modalidade, não seja apresentada proposta vantajosa para a administração.

QUESTÃO 59

Acerca da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** A CF é classificada como dogmática, mesmo que haja a possibilidade de modificação no seu texto.
- B** Quanto à sua estabilidade, a CF é um exemplo de constituição classificada como flexível, pois possibilita a sua evolução por intermédio de emendas constitucionais.
- C** Trata-se de uma constituição balanço, pois visa garantir a permanência dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, voltando-se precipuamente para o passado.
- D** Caso existissem normas programáticas na CF, ela seria um exemplo de constituição garantia.
- E** Para que tivesse plena eficácia no mundo jurídico, a CF foi outorgada.

QUESTÃO 60

O termo constituição possui diversas acepções. Dessa forma, ao se afirmar que a constituição é norma pura, sendo fruto da vontade racional do homem e não das leis naturais, considera-se um conceito próprio do sentido

- A** culturalista.
- B** sociológico.
- C** político.
- D** filosófico.
- E** jurídico.

QUESTÃO 61

Considerando a norma constitucional que regulamenta o direito de greve, assinale a opção correta.

- A** Essa norma é de eficácia contida e depende de interpretação constitucional para sua execução.
- B** O servidor público pode exercer seu direito de greve, em virtude de se tratar de uma norma de eficácia plena.
- C** O servidor público pode exercer o seu direito de greve, mesmo se tratando de uma norma de eficácia contida.
- D** Essa norma é de eficácia limitada e tem aplicabilidade mediata.
- E** Essa norma é de eficácia exaurida e depende de legislação posterior.

QUESTÃO 62

No que tange à supremacia constitucional e à vigência das normas, assinale a opção correta.

- A** As demais normas jurídicas que já existiam antes da vigência da CF só permanecem em vigor por não serem contrárias às normas atuais, segundo a teoria da repriminação.
- B** As normas jurídicas que já existiam antes da vigência da CF só permanecem em vigor atualmente porque não são contrárias às normas atuais, segundo a teoria da desconstitucionalização.
- C** As normas jurídicas anteriores à CF devem respeitar a supremacia material da constituição atualmente vigente, sob pena de não serem recepcionadas.
- D** As normas jurídicas anteriores à CF devem respeitar a supremacia formal da constituição atualmente vigente, sob pena de serem revogadas.
- E** As normas jurídicas anteriores à CF devem respeitar a supremacia material e formal da constituição atualmente vigente, sob pena de não serem recepcionadas.

QUESTÃO 63

Acerca dos direitos sociais, assinale a opção correta.

- A** O cerceamento à liberdade de expressão é uma clara afronta aos direitos sociais capitulados na CF.
- B** Os direitos sociais são exemplos típicos de direitos de 2.^a geração.
- C** O direito à vida e o direito à livre locomoção são exemplos de direitos sociais.
- D** Os direitos sociais são exemplos de liberdades negativas.
- E** Os direitos sociais contemplados na CF, pela sua natureza, só podem ser classificados como direitos fundamentais de eficácia plena, não dependendo de normatividade ulterior.

QUESTÃO 64

No que se refere aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A** Em virtude da aposentadoria compulsória, é inelegível o servidor público com mais de 70 anos de idade.
- B** Os direitos políticos são exemplos típicos de direitos de 3.^a geração.
- C** É elegível o militar com mais de 10 anos de serviço, desde que seja agregado pela autoridade superior.
- D** A cassação dos direitos políticos é admitida em casos de crime de responsabilidade, desde que dado o direito de ampla defesa e contraditório ao indiciado pelo referido crime.
- E** O alistamento eleitoral é obrigatório ao estrangeiro que esteja residindo no Brasil há mais de 6 meses consecutivos.

QUESTÃO 65

A elaboração de lei estadual que verse quanto à forma de como poderá ocorrer a desapropriação

- A** é viável, caso sejam atendidas determinadas condições, por se tratar de competência exclusiva dos estados-membros.
- B** é inviável, por se tratar de competência privativa dos estados-membros.
- C** é inviável, por se tratar de competência exclusiva dos municípios.
- D** é viável, se atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa da União.
- E** é viável, desde que atendidas determinadas condições, por se tratar de competência privativa dos estados-membros.

QUESTÃO 66

No que concerne à administração pública, assinale a opção correta.

- A** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que prestam serviços públicos respondem pelos danos de seus agentes que, nessa condição, causarem prejuízos a terceiros.
- B** É vedado ao estrangeiro assumir função comissionada no executivo, sendo permitido apenas para cargos e empregos públicos, mediante concurso de provas e de provas e títulos.
- C** É vedada a acumulação por um servidor de dois cargos públicos, sendo um de médico e outro de enfermeiro.
- D** Um analista da DPU pode acumular seu cargo público com um de técnico bancário no Banco do Brasil, por se tratarem de regimes distintos.
- E** A DPU tem autonomia para fixar no regulamento interno norma definidora para que os cargos de atendentes ao público sejam reservados para funções de confiança e exercidos por colaboradores que possam ser nomeados e exonerados *ad nutum*.

QUESTÃO 67

José, que foi aprovado em concurso público com apenas 20 anos de idade, após dezoito meses de sua posse, sem estar em serviço, sofreu um acidente, que o deixou acamado por dois meses. Posteriormente, José retornou ao trabalho e concomitantemente passou mais nove anos fazendo fisioterapia, sem mudança de cargo ou função. Por fim, ficou incapacitado para o trabalho por invalidez permanente em decorrência daquele acidente.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Pode ser concedida aposentadoria por invalidez com proventos integrais tendo em vista que José tem mais de dez anos de contribuição no serviço público.
- B** José pode se aposentar por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C** A aposentadoria por invalidez pode ocorrer com proventos integrais.
- D** Por não possuir idade mínima para aposentadoria no serviço público, José não pode se aposentar. Contudo, poderá receber benefício social do INSS.
- E** A aposentadoria voluntária é cabível nessa situação, com proventos proporcionais no regime geral de previdência, pois José cumpriu mais de dez anos no exercício do serviço público e cinco anos no cargo efetivo.

QUESTÃO 68

Com relação ao orçamento público, assinale a opção correta.

- Ⓐ A existência de garantias às operações de crédito por antecipação da receita não tem o condão de afetar nenhum dos princípios orçamentários.
- Ⓑ A competência para rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é do Congresso Nacional, que pode entrar em recesso por ocasião da sua aprovação ou rejeição.
- Ⓒ A rejeição ao projeto de lei orçamentária anual é inadmissível, devendo as deliberações continuar até a sua aprovação.
- Ⓓ Em respeito ao princípio orçamentário da unidade, deve existir apenas um orçamento para cada poder, que tem validade de quatro anos para cada poder específico.
- Ⓔ Atendendo ao princípio da periodicidade, o orçamento da União se inicia no segundo ano do mandato de um Chefe do Executivo e finaliza no primeiro ano do mandato subsequente.

QUESTÃO 69

Juca, servidor público da Defensoria Pública da União (DPU), foi ofendido em sua honra, no exercício de suas funções e em razão desta, por Lúcio, que, na oportunidade, era um assistido da DPU.

Acerca dessa situação hipotética, e considerando que se pretenda mover ação penal contra Lúcio, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma vez iniciada a ação penal, caso Lúcio venha a se retratar em juízo das ofensas perpetradas contra Juca, poderá este perdoar-lhe, restando extinta a punibilidade pelo perdão.
- Ⓑ Nessa situação, a ação penal será privada, personalíssima do ofendido, e terá de ser intentada por meio de queixa-crime.
- Ⓒ A ação penal, nessa hipótese, poderá ser iniciada pelo Ministério Público (MP), por intermédio de denúncia e mediante representação do ofendido.
- Ⓓ A ação penal será pública incondicionada, podendo ser intentada a qualquer tempo, contanto que respeite o prazo da prescrição em abstrato.
- Ⓔ São legitimados para ingressar com a ação penal, no caso hipotético: o próprio ofendido, e, em caso de falecimento, seus sucessores e o ministro da Justiça, este mediante requisição.

QUESTÃO 70

No tocante às condições da ação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ As chamadas condições de procedibilidade, para a doutrina, constituem situações específicas a serem atendidas antes da propositura de todas as ações penais públicas condicionadas.
- Ⓑ O interesse de agir, como condição da ação penal, está sempre presente em todas as infrações penais, uma vez que somente o Estado é o titular da persecução penal em juízo. Desse modo, sempre que ocorrer um crime, haverá interesse de agir do Estado na persecução penal, obrigando-o, em qualquer hipótese, a propor a ação penal em face do agressor.
- Ⓒ No sistema jurídico brasileiro, a legitimidade ativa para persecução penal em juízo, como condição da ação penal, encontra-se somente nas mãos do MP, por expresse dispositivo constitucional.
- Ⓓ A possibilidade jurídica do pedido diz respeito à previsão legal do tipo e da sanção a ser aplicada ao réu e requerida pelo autor da ação penal, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade estabelecido na Constituição Federal de 1988. O juiz julgará improcedente o pedido constante na ação penal, caso o fato narrado não se ajuste ao tipo descrito pelo autor.
- Ⓔ A justa causa, que constitui condição da ação penal, é prevista de forma expressa no Código de Processo Penal (CPP) e consubstancia-se no lastro probatório mínimo e firme, indicativo da autoria e da materialidade da infração penal.

QUESTÃO 71

Assinale a opção correta com relação à ação penal e aos seus princípios.

- Ⓐ Nos termos do princípio da oficialidade, somente o órgão de acusação do Estado poderá ingressar com ação penal pública, oferecendo denúncia. No entanto, caso haja inércia ou desídia do órgão de acusação, poderá o juiz designar advogado para atuar como promotor no caso concreto e este poderá oferecer denúncia.
- Ⓑ Na ação penal pública, vige o princípio da indisponibilidade da ação penal o que impede o MP, em qualquer hipótese, após a instrução do processo, de pedir a absolvição do réu.
- Ⓒ Os princípios da conveniência e oportunidade são peculiares da ação penal privada. Contudo, uma vez intentada a ação penal, o querelante não poderá mais dela desistir ou retratar-se.
- Ⓓ O princípio da indivisibilidade da ação penal possui incidência tanto na ação penal privada quanto na pública, ocasionando, em ambas, os mesmos efeitos.
- Ⓔ O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública impõe ao órgão estatal de acusação o dever de oferecer denúncia em todos os casos em que o fato amolde-se à figura típica descrita na norma penal.

QUESTÃO 72

A respeito da ação penal pública condicionada e da ação penal privada, assinale a opção correta.

- A** Pessoas jurídicas poderão ingressar com ação penal privada, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem.
- B** Na ação penal pública condicionada, é indispensável o inquérito policial ou a investigação administrativa.
- C** A ação penal pública condicionada à requisição do ministro da Justiça submete-se ao prazo decadencial de seis meses para exercício da requisição; nela poderá haver retratação da representação até a prolação da sentença penal.
- D** A representação é condição essencial para o regular desenvolvimento da ação penal pública condicionada proposta pelo MP, podendo ser oferecida até o recebimento da denúncia ou no prazo máximo de seis meses, contados a partir do momento em que o ofendido ou seu representante legal tiver conhecimento de quem é o autor da infração penal.
- E** Na ação penal privada — que poderá ser intentada, a qualquer tempo, enquanto não estiver extinta a punibilidade —, a titularidade da persecução é do ofendido ou de seu representante legal.

QUESTÃO 73

Acerca da ação penal e das prisões, assinale a opção correta.

- A** A prisão preventiva e a prisão temporária possuem a mesma finalidade e momento para decretação. A primeira ocorre nas ações penais públicas e a segunda, nas ações penais privadas.
- B** Nos crimes de ação pública condicionada a representação, poderá a autoridade policial lavrar o auto de prisão em flagrante e o MP, oferecer denúncia, restando, contudo, o prosseguimento da persecução penal em juízo pendente de manifestação posterior do ofendido ou de seu representante, ratificando os atos praticados, dentro do prazo legal assinalado pela lei de regência.
- C** Nas ações penais privadas, admite-se a extinção da punibilidade do agente pela decadência e pela preempção.
- D** As ações penais nos crimes praticados contra o patrimônio da União, dos estados e (ou) dos municípios serão sempre de ação penal pública incondicionada e com prisão preventiva obrigatória.
- E** A prisão de servidor público, por crime de ação penal pública condicionada e contra a administração, depende de manifestação prévia da chefia imediata, por expressa disposição do CPP.

QUESTÃO 74

Júlio, brasileiro, maior, foi preso por tráfico de drogas. Na ocasião, ele informou à autoridade policial que não possuía recursos para constituir advogado, solicitando assistência da defensoria pública.

Com relação a esse caso hipotético e à prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- A** Considera-se flagrante próprio aquele em que o agente está cometendo o crime e, somente neste caso, admite-se que qualquer do povo possa prender o autor da infração penal.
- B** Caso Júlio seja preso em flagrante delito, o auto de prisão em flagrante não poderá ser lavrado, até o comparecimento do defensor público para assistência jurídica ao preso.
- C** Na hipótese de Júlio, na posse da droga para venda, ter sido perseguido pela autoridade policial por dois dias seguidos, sem interrupção, não se poderá mais reconhecer o flagrante, devido ao decurso de mais de 24 horas da prática do fato delituoso.
- D** O flagrante esperado de Júlio seria aceito pela doutrina e jurisprudência. Consiste, em suma, nas medidas de vigilância adotadas pela autoridade policial ou pelo particular que, no momento da execução do crime, prende o agente.
- E** O flagrante preparado de Júlio seria admitido pela doutrina e jurisprudência, desde que os atos preparatórios não interferissem na organização do crime pelo agente da conduta delituosa.

QUESTÃO 75

Luís ajuizou ação sob o rito comum ordinário contra Felipe, menor de 14 anos de idade, Antônio, pessoa que se encontra em local incerto e não sabido, e Pedro, preso em regime fechado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Apenas Pedro terá curador especial porque isso é garantia inerente a sua condição.
- B** Apenas Felipe terá curador especial nomeado em razão de sua menoridade.
- C** Apenas Felipe e Antônio terão curador especial, já que Pedro é maior de idade, capaz e pode ser localizado.
- D** Nenhum dos citados terá curador especial.
- E** Antônio, se for revel, terá curador especial após citação por edital, já Felipe, a princípio, não precisará dessa prerrogativa.

QUESTÃO 76

Considerando que, no curso de um processo, o juiz tenha identificado que o advogado do assistente simples do autor renunciou ao mandato, assinale a opção correta.

- A** Dependerá sempre de pedido do réu a exclusão do assistente, caso este não resolva o vício de representação.
- B** Por se tratar do procurador do assistente, não haverá consequência processual devido à renúncia.
- C** O vício de representação implicará a imediata exclusão do assistente do feito.
- D** Sob pena de exclusão, o assistente deverá sanar o vício no prazo conferido pelo juiz.
- E** No prazo concedido pelo juiz, o assistente ou o autor deverá sanar o vício, sob pena de anulação do processo.

QUESTÃO 77

Caso a secretária executiva de uma empresa de prestação de serviços de marcenaria seja demandada judicialmente por alegados prejuízos decorrentes do atraso da entrega de móveis encomendados à empresa, a figura jurídica mais adequada para a defesa dos interesses dessa secretária executiva será

- A** a assistência litisconsorcial.
- B** a denunciação à lide.
- C** a nomeação à autoria.
- D** o chamamento ao processo.
- E** a oposição.

QUESTÃO 78

É situação que, por si só, excepciona a regra de que os atos processuais devem ser realizados na sede do juízo,

- A** a inspeção judicial *in loco*.
- B** o feriado forense.
- C** o ato que ultrapasse o horário normal de funcionamento do fórum.
- D** o interesse das partes.
- E** a oitiva de menor.

QUESTÃO 79

Considerando a hipótese da existência de um ato processual cuja realização não esteja sujeita a qualquer prazo prescrito pela lei, assinale a opção correta.

- A** Como não é estabelecido pela lei ou pelo juiz, esse prazo não é contínuo.
- B** O prazo será determinado pelo juiz, levando-se em consideração a complexidade da causa.
- C** O ato pode ser praticado até o momento exatamente anterior à próxima etapa procedimental do feito.
- D** O silêncio da lei importa na obediência ao prazo geral de resposta do réu, qual seja, o de quinze dias.
- E** A extinção do direito de praticar o ato nessa hipótese sempre dependerá de declaração judicial.

QUESTÃO 80

Em determinado processo, no qual uma das partes apresente petição na qual renuncie ao prazo que lhe foi conferido para ter vista da última documentação lançada nos autos, a eficácia desse ato da parte

- A** surtirá efeito sempre após o quinto dia contado da juntada aos autos.
- B** dependerá de homologação judicial.
- C** dependerá do conhecimento da parte adversa.
- D** será imediata.
- E** não será imediata porque unilateral.

